

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor	Valor	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor	Valor	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor	Valor	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
	Corrente (a)	Constante			Corrente (b)	Constante			Corrente (c)	Constante		
Receita Total	29.067.203,37	28.011.181,82		105,42%	29.976.377,67	27.945.560,12		105,91%	30.468.043,89	27.501.856,41		106,56%
Receitas Primárias (I)	26.767.371,32	25.794.903,46		97,08%	27.540.653,53	25.674.949,63		97,30%	27.890.629,64	25.175.363,88		97,54%
Receitas Primárias Correntes	26.074.157,72	25.126.874,55		94,57%	26.807.712,70	24.991.563,53		94,71%	27.116.326,41	24.476.442,20		94,83%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.760.865,31	1.696.892,46		6,39%	1.862.878,62	1.736.673,69		6,58%	1.917.257,30	1.730.604,53		6,71%
Contribuições	1.061.444,22	1.022.881,58		3,85%	1.127.517,41	1.051.131,19		3,98%	1.196.662,55	1.080.162,60		4,19%
Transferências Correntes	22.655.112,06	21.832.044,00		82,17%	23.191.565,16	21.620.400,09		81,94%	23.346.704,84	21.073.808,56		81,65%
Demais Receitas Primárias Correntes	596.736,13	575.056,50		2,16%	625.751,51	583.358,56		2,21%	655.701,73	591.866,51		2,29%
Receitas Primárias de Capital	693.213,60	668.028,91		2,51%	732.940,84	683.286,10		2,59%	774.303,23	698.921,67		2,71%
Despesa Total	31.747.685,61	30.594.281,21		115,15%	32.825.273,71	30.601.451,26		115,97%	33.463.345,84	30.205.553,59		117,03%
Despesas Primárias (II + IIIa)	31.350.697,55	30.211.715,86		113,71%	32.411.544,64	30.215.751,19		114,51%	33.032.466,72	29.816.622,29		115,53%
Despesas Primárias Correntes	23.866.369,68	22.999.296,21		86,56%	25.763.195,93	24.017.809,92		91,02%	28.664.757,63	25.874.127,37		100,25%
Pessoal e Encargos Sociais	13.973.715,91	13.466.045,98		50,68%	14.851.679,82	13.845.519,16		52,47%	15.771.062,72	14.235.685,89		55,16%
Outras Despesas Correntes (Primárias)	9.892.653,76	9.533.250,23		35,88%	10.911.516,11	10.172.290,76		38,55%	12.893.694,91	11.638.441,49		45,09%
Despesas Primárias de Capital	3.783.145,57	3.645.702,59		13,72%	2.847.955,83	2.655.014,62		10,06%	2.148.701,87	1.939.517,04		7,51%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Reserva de Contingência (II-e)	3.701.182,30	3.566.717,07		13,42%	3.800.392,87	3.542.926,66		13,43%	2.219.007,22	2.002.977,88		7,76%
Resultado Primário (III) = (I - II)	-4.583.326,23	-4.416.812,41		-16,62%	-4.870.891,10	-4.540.901,56		-17,21%	-5.141.837,08	-4.641.258,41		-17,98%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	-4.583.326,23	-4.416.812,41		-16,62%	-4.870.891,10	-4.540.901,56		-17,21%	-5.141.837,08	-4.641.258,41		-17,98%
Dívida Pública Consolidada	1.039.080,79	1.001.330,62		3,77%	1.326.132,98	1.236.291,10		4,69%	1.449.571,35	1.308.449,71		5,07%
Dívida Consolidada Líquida	-2.067.692,61	-1.992.572,62		-7,50%	-2.099.973,21	-1.957.705,78		-7,42%	-2.317.305,15	-2.091.706,11		-8,10%
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Conforme o Item 02.00.02.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, as METAS FISCAIS representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de crescimento e de movimentação financeira.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:
1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

3 - o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do Item 03.06.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores projetados da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias.

4 - o resultado nominal que, para fins do Anexo e avaliação das metas fiscais deve ser calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comparação entre os juros ativos e passivos.

[Assinatura]

representado a variação do estoque da dívida;

consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2018, 2019 e 2020) e os valores reestimados para o exercício atual (2021), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 2,43%, 2,48% e 2,48% e das taxas de inflação (IPCA), de 3,77%, 3,37% e 3,28%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 04/06/2021.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 375/2020 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2022. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na **Tabela 06**.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2022, 2023 e 2024, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 6,42%, 6,46% e 6,37%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 04/06/2021.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2021, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2022, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 31.747.685,61 a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 2.277.589,50), das resultantes de Operações de Crédito (R\$50,00), das Alienações de Investimentos (R\$50,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$18.980,025), e ainda a dedução das receitas intraorçamentárias, resultam numa Receita Primária de R\$26.767.371,32.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 31.747.685,61. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 108.819,27, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00, a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 288.168,79, e, ainda, as despesas intraorçamentárias, tem-se que as despesas primárias para 2022 foram previstas em R\$ 31.350.697,55. A **tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2022 que foi inicialmente prevista em (R\$4.583.326,23) a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05**.

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2022		2023		2024	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
Recetta Total RPPS	5.787.977,16	(a)	6.141.947,04	(b)	6.482.010,27	(c)
Receitas Primárias RPPS (I)	3.640.271,80		3.866.805,95		4.073.970,36	
Despesa Total RPPS	5.787.977,16		6.141.947,04		6.482.010,27	
Despesas Primárias RPPS (II)	5.787.977,16		5.725.846,94		5.850.960,31	
Resultado Primário RPPS (I - II)	- 2.147.705,36		- 2.275.141,09		- 2.173.607,47	
Preenchimento Opcional Cte. 11*						
Edição do MDF	5.577.697,94		5.725.846,94		5.850.960,31	
Preenchimento Opcional Cte. 11*						
Edição do MDF	- 2.069.678,48		- 2.121.006,51		- 2.408.039,91	

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do, Resgisto Municipal e do, Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação o cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

ESPECIFICAÇÃO		2020 (a) em		% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em		2020 (b)	% PIB	% RCL	Variação		
I-Metas Previstas													
Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.													
Liquida	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	0,00%	1.403.667,42	6,02%	1.403.667,42	-						
			0,00%	955.817,86	4,10%	955.817,86	-						
			0,00%	381.265,40	1,64%	381.265,40	-						
			-15,39%	703.751,31	-3,02%	2.881.034,02	-80,37%						
			114,39%	21.549,310,36	92,49%	5.101.514,97	-19,14%						
			96,15%	21.764,495,52	93,42%	635.504,48	-2,84%						
			99,01%	23.403,753,06	100,45%	337,713,06	1,46%						
			96,15%	25.869,869,69	111,04%	3.469.869,69	15,49%						
						Valor (c) = (b-a)							
						(c/a) x 100							
						%							

Valor da Receita Corrente Líquida de 2020 R\$ 23.297.825

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2020), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2020 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ 703.751,31.

A dívida consolidada totalizou R\$ 1.403.667,42.

gt

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ 1,00
	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %
Receita Total	19.730.000,00	22.400.000,00	13,53%	23.100.000,00	3,13%	29.067.203,37	25,83%	29.976.377,67	3,13%	30.468.043,89	1,64%
Receitas Primárias (I)	19.603.750,00	23.066.040,00	17,66%	22.926.560,00	-0,60%	26.767.371,32	16,75%	27.540.653,53	2,89%	27.890.629,64	1,27%
Despesa Total	19.730.000,00	22.400.000,00	13,53%	23.100.000,00	3,13%	31.747.685,61	37,44%	32.825.273,71	3,39%	33.463.345,84	1,94%
Despesas Primárias (II)	19.298.500,00	26.650.825,33	38,10%	21.612.352,20	-18,91%	31.350.697,55	45,06%	32.411.544,64	3,38%	33.032.466,72	1,92%
Resultado Primário (I – II)	305.250,00	-3.584.785,33	-1274,38%	1.314.207,80	-136,66%	4.583.326,23	-448,75%	4.870.891,10	6,27%	5.141.837,08	5,56%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	-	0	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	1.983.500,28	0	4.583.326,23	-47,61%	4.870.891,10	6,27%	5.141.837,08	5,56%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-2.784.249,64	0	1.039.080,79	-25,74%	1.326.132,98	27,63%	1.449.571,35	9,31%
						2.067.692,61		2.099.973,21	1,56%	2.317.305,15	10,35%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ 1,00
	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %
Receita Total	21.747.746,06	23.623.040,00	8,62%	23.100.000,00	-2,21%	28.011.181,82	21,26%	27.945.560,12	-0,23%	27.501.856,41	-1,59%
Receitas Primárias (I)	21.608.584,74	24.325.445,78	12,57%	22.926.560,00	-5,75%	25.794.903,46	12,51%	25.674.849,63	-0,47%	25.175.363,88	-1,95%
Despesa Total	21.747.746,06	23.623.040,00	8,62%	23.100.000,00	-2,21%	30.594.281,21	32,44%	30.601.451,26	0,02%	30.205.553,59	-1,29%
Despesas Primárias (II)	21.272.117,45	28.105.960,39	32,13%	21.612.352,20	-23,10%	30.211.715,86	39,79%	30.215.751,19	0,01%	29.816.622,29	-1,32%
Resultado Primário (I – II)	336.467,28	-3.780.514,61	-1223,59%	1.314.207,80	-134,76%	4.416.812,41	-436,08%	4.540.901,56	2,81%	4.641.258,41	2,21%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	1.983.500,28	-	4.416.812,41	-49,52%	4.540.901,56	2,81%	4.641.258,41	2,21%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-2.784.249,64	-	1.001.330,62	-28,43%	1.236.291,10	23,46%	1.308.449,71	5,84%
						1.992.572,62		1.957.705,78	-1,75%	2.091.706,11	6,84%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2022), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2019, 2020 e 2021), bem como para os dois seguintes (2023 e 2024), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2019, 2020 e 2021 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

[Assinatura]

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2018, 2019 e 2020).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados	3.608.730,37	4.384.699,61	4.283.470,52
Civil			
Ativo	557.503,62	611.033,94	777.853,81
Inativo	541.340,14	592.417,92	758.994,33
Pensionista	16.063,48	9.373,04	7.284,11
Militar			
Ativo	0	9.242,98	11.575,37
Inativo			
Pensionista			
Ativo	1.510.248,27	1.888.667,25	2.362.714,95
Civil			
Receita de Contribuições Patronais			
Ativo	1.499.025,73	1.888.667,25	2.362.714,95
Inativo			
Pensionista	3.530,09	5.099,68	6.408,04
Militar			
Ativo	7.692,45	9.243,22	11.606,21
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS	0	45.549,74	73.996,26
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0		
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	3.608.730,37	4.384.699,61	4.283.470,52
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias	2.080.669,59	2.295.579,76	2.518.377,61
Pensões	1.514.448,47	1.677.159,58	1.899.874,93
Outros Benefícios Previdenciários	514.554,97	565.992,46	597.782,77
Benefícios - Militar			
Reformas	51.666,15	52.427,72	20.719,91
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGP			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	2.080.669,59	2.295.579,76	2.518.377,61
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V) ²	1.528.060,78	2.089.119,85	1.765.092,91
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR	2018	2019	2020
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
VALOR	2018	2019	2020
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
2018	2019	2020	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.620.978,40	2.233.976,84	4.213.722,00
Investimentos e Aplicações	13.851.251,45	15.328.221,91	15.113.474,70
Outro Bens e Direitos			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			

94

Município de : NOVA ROMA DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVALUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	44.572.144,08	100,00%	44.304.465,97	100,00%	45.374.937,59	100,00%
TOTAL	44.572.144,08	100,00%	44.304.465,97	100,00%	45.374.937,59	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Lucros ou Prejuízos	(2.331.333,59)	100,00%	(7.981.937,50)	100,00%	1.661.154,76	100,00%
Acumulados	(2.331.333,59)	100,00%	(7.981.937,50)	100,00%	1.661.154,76	100,00%
TOTAL	(2.331.333,59)	100,00%	(7.981.937,50)	100,00%	1.661.154,76	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	42.240.810,49	100,00%	36.322.528,47	100,00%	47.036.092,35	100,00%
TOTAL	42.240.810,49	100,00%	36.322.528,47	100,00%	47.036.092,35	100,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2018, 2019 e 2020), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 832/2006, está sobre a gestão do Fundo de Previdência e Assistência do Servidor - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2018 a 2020, aponta que o saldo patrimonial decresceu de R\$ 47.036.092,35 em 31.12.2018 para R\$ 42.240.810,49 em 31.12.2020.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2020 com superavit.

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)				
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)				
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)				
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				
RECEITAS CORRENTES				
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reserva				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)				
Demais Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Outras Despesas Previdenciárias				
Outros Benefícios Previdenciários				
Pensões				
Reformas				
Benefícios - Militar				
Outros Benefícios Previdenciários				
Pensões				
Aposentadorias				
Benefícios - Civil				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)				
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)				
Demais Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Outras Receitas Correntes				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receitas de Valores Mobiliários				
Receitas Imobiliárias				
Receita Patrimonial				
Pensionista				
Inativo				
Ativo				
Militar				
Pensionista				
Inativo				
Ativo				
Civil				
Receita de Contribuições Patronais				
Pensionista				
Inativo				
Ativo				
Militar				
Pensionista				
Inativo				
Ativo				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)				
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV)				
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)				
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO				
2020	2.493.503,90	2.844.053,87	-350.549,97	17.211.648,89
2021	2.368.607,32	2.572.984,16	-204.376,84	17.007.272,05
2022	2.321.811,99	2.441.296,68	-119.484,69	16.887.787,36
2023	2.402.779,48	2.613.559,50	-210.780,02	16.677.007,34
2024	2.263.373,72	2.648.022,45	-384.648,73	16.292.358,61
2025	2.141.698,76	2.538.086,39	-396.387,63	15.895.970,98
2026	2.018.851,73	2.454.118,76	-435.267,03	15.460.703,95
2027	1.883.228,91	2.464.847,36	-581.618,45	14.879.085,50
2028	1.784.649,11	2.405.416,49	-620.767,38	14.258.318,12
2029	1.713.072,32	2.282.066,92	-568.994,60	13.689.323,52
2030	1.647.608,70	2.129.782,26	-482.173,56	13.207.149,96
2031	1.582.554,35	1.986.275,20	-403.720,85	12.803.429,11
2032	1.522.668,61	1.907.626,00	-384.957,39	12.418.471,72
2033	1.455.861,24	1.824.197,10	-368.335,86	12.050.135,86
2034	1.400.007,73	1.721.092,30	-321.084,57	11.729.051,29
2035	1.383.141,25	1.662.636,58	-279.495,33	11.449.555,96

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício)
2036	1.329.153,09	1.652.576,12	-323.423,03	11.126.132,93
2037	1.251.254,65	1.637.719,58	-386.464,93	10.739.668,00
2038	1.196.215,62	1.552.323,37	-356.107,75	10.383.560,25
2039	1.133.527,07	1.531.746,54	-398.219,47	9.985.340,78
2040	1.079.387,17	1.479.334,35	-399.947,18	9.585.393,60
2041	1.030.714,38	1.389.243,85	-358.529,47	9.226.864,13
2042	981.621,51	1.314.667,12	-333.045,61	8.893.818,52
2043	922.276,95	1.293.811,88	-371.534,93	8.522.283,59
2044	881.846,24	1.209.690,72	-327.844,48	8.194.439,11
2045	835.120,08	1.161.238,18	-326.118,10	7.868.321,01
2046	799.132,77	1.078.867,38	-279.734,61	7.588.586,40
2047	760.715,08	1.018.747,49	-258.032,41	7.330.553,99
2048	715.272,92	993.042,19	-277.769,27	7.052.784,72
2049	683.099,95	940.991,59	-257.891,64	6.794.893,08
2050	648.053,35	892.967,73	-244.914,38	6.549.978,70
2051	621.421,00	822.312,40	-200.891,40	6.349.087,30
2052	586.583,04	788.513,06	-201.930,02	6.147.157,28
2053	561.430,35	729.683,34	-168.252,99	5.978.904,29
2054	536.912,09	668.652,21	-131.740,12	5.847.164,17
2055	48.682,16	623.957,57	-575.275,41	5.271.888,76
2056	42.732,29	572.388,49	-529.656,20	4.742.232,56
2057	35.622,59	527.213,24	-491.590,65	4.250.641,91
2058	31.504,78	479.197,00	-447.692,22	3.802.949,69
2059	27.766,41	434.890,76	-407.124,35	3.395.825,34
2060	24.384,34	394.063,79	-369.679,45	3.026.145,89
2061	21.335,95	356.511,39	-335.175,44	2.690.970,45
2062	18.599,04	322.038,25	-303.439,21	2.387.531,24
2063	16.150,03	290.430,77	-274.280,74	2.113.250,50
2064	13.965,39	261.478,72	-247.513,33	1.865.737,17
2065	12.022,99	234.983,50	-222.960,51	1.642.776,66
2066	10.302,76	210.761,19	-200.458,43	1.442.318,23
2067	8.784,98	188.651,02	-179.866,04	1.262.452,19
2068	7.451,17	168.491,12	-161.039,95	1.101.412,24
2069	6.284,23	150.132,07	-143.847,84	957.564,40
2070	5.268,55	133.436,32	-128.167,77	829.396,63
2071	4.389,90	118.284,14	-113.894,24	715.502,39
2072	3.634,77	104.556,64	-100.921,87	614.580,52
2073	2.990,81	92.139,53	-89.148,72	525.431,80
2074	2.446,39	80.923,62	-78.477,23	446.954,57
2075	1.990,32	70.793,07	-68.802,75	378.151,82
2076	1.611,70	61.653,31	-60.041,61	318.110,21
2077	1.299,60	53.431,88	-52.132,28	265.977,93
2078	1.043,04	46.065,34	-45.022,30	220.955,63
2079	831,47	39.489,25	-38.657,78	182.297,85
2080	656,38	33.640,21	-32.983,83	149.314,02
2081	512,16	28.463,17	-27.951,01	121.363,01
2082	394,84	23.913,80	-23.518,96	97.844,05
2083	300,70	19.945,70	-19.645,00	78.199,05
2084	226,06	16.508,03	-16.281,97	61.917,08
2085	167,52	13.549,07	-13.381,55	48.535,53
2086	122,08	11.020,69	-10.898,61	37.636,92
2087	87,19	8.880,55	-8.793,36	28.843,56
2088	60,74	7.087,37	-7.026,63	21.816,93
2089	41,05	5.596,20	-5.555,15	16.261,78
2090	26,77	4.365,46	-4.338,69	11.923,09
2091	16,72	3.358,29	-3.341,57	8.581,52
2092	9,92	2.541,78	-2.531,86	6.049,66
2093	5,53	1.889,03	-1.883,50	4.166,16
2094	2,86	1.376,06	-1.373,19	2.793,01

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Nova Roma do Sul.

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa líquida (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada

exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2020.

